



Prev



Relatório Anual **2010**





ÍNDICE

Introdução	3
1. Cenário Econômico	6
2. Demonstrações Contábeis e Financeiras	9
3. Informações Referentes à Política de Investimentos 2011 e Regulamento do Plano	22
4. Distribuição de Investimentos	24
5. Parecer dos Auditores Independentes	25
6. Parecer Atuarial	27
7. Parecer do Conselho Fiscal	31
8. Manifestação do Conselho Deliberativo	32



Introdução

A Diretoria Executiva da OABPrev-NE, em cumprimento aos dispositivos legais, apresenta o relatório anual de suas atividades durante o ano de 2010.

Encerramos o exercício de 2010 com 143 Participantes Ativos e 154 Participantes Assistedidos, consolidando uma gestão moderna com foco nos resultados e no cliente.

Ativos

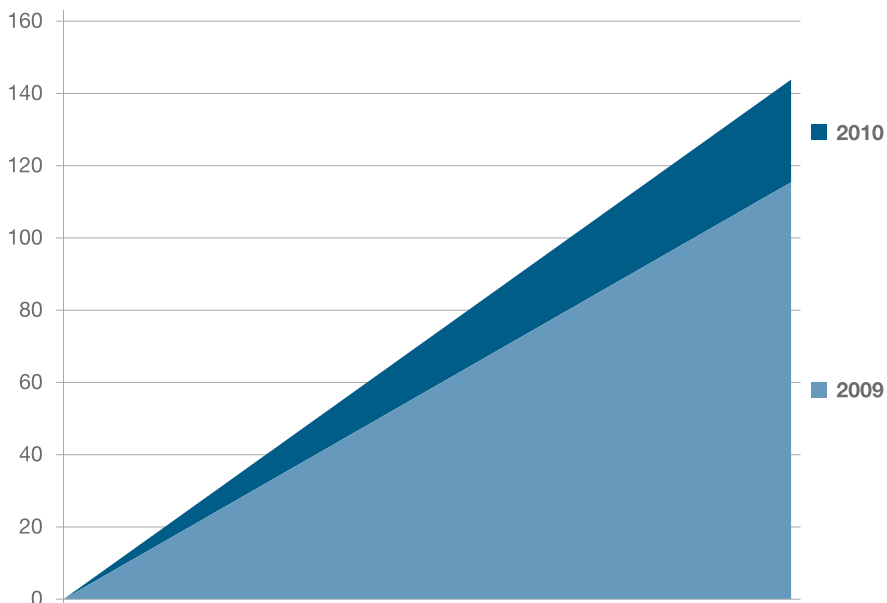
INFORMAÇÕES GERAIS		
ITEM	2009	2010
Nº de Participantes*	115	143
Idade média (anos)	35,15	35,23
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	0,80	1,48
Contribuição média	R\$ 126,16	R\$ 137,77
Saldo individual médio	R\$ 1.347,29	R\$ 2.148,34

(*) Valores não contemplam Participantes cancelados, os quais estão aguardando resgate.

Diante da tabela acima, percebe-se que a entidade teve um aumento no número de Participantes em 2010 na ordem de 24,34%, quando comparado com o exercício de 2009, conforme melhor elucidado no gráfico na próxima página.



DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE PARTICIPANTES ATIVOS



Assistidos

INFORMAÇÕES GERAIS		
ITEM	2009	2010
Nº de Assistidos	157	154
Idade média (anos)	67,03	67,94
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	1	2
Benefício médio	R\$ 1.088,20	R\$ 1.082,65
Saldo individual médio	R\$ 140.572,60	R\$ 138.233,94

Através da análise da tabela 2, percebe-se que o número de benefícios em manutenção pelo plano diminuiu com relação ao ano de 2009.



Todos os aposentados do Plano NordestePrev percebem benefício de aposentadoria programada, logo, não há Participantes em gozo de benefício por invalidez.

Desde o início do funcionamento da entidade, em março de 2009, muito já se fez para fortalecer as relações com os Participantes, de modo a aperfeiçoar os serviços prestados.

O relatório anual tem por objetivo prestar informações aos Participantes referentes às atividades desenvolvidas pela entidade e ao seu plano de benefícios.

Com o envio do documento, a OABPrev-NE mantém o compromisso de apresentar os resultados de sua gestão com transparência.

Boa leitura!

1 Cenário Econômico



O Brasil registrou forte crescimento econômico em 2010. A nossa estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2010 é de 7,4% sobre o resultado de 2009.

Os números finais serão divulgados somente no mês de março. É verdade que 2009 foi um ano de desempenho fraco, sobretudo no primeiro trimestre do ano. Isto foi ainda reflexo negativo da crise internacional de liquidez instaurada após a quebra do Banco Lehman Brothers, nos Estados Unidos, e as suas implicações sobre as economias envolvidas. A taxa de crescimento da economia brasileira de mais de 7% em 2010 representará a maior taxa de crescimento histórica dos últimos 25 anos.

Em forte contraste com o bom ano de 2010, o cenário econômico no começo de 2009 se mostrava muito sombrio e uma longa recessão parecia inevitável. Em outras palavras, naquela época, as perspectivas do Brasil não pareciam ser muito diferentes daquelas perspectivas negativas que assolavam a maioria dos países ricos. Contudo, afortunadamente, o país respondeu com rapidez aos estímulos das políticas fiscais e monetárias expansionistas do governo, e a forte desaceleração inicial do ritmo de crescimento só durou dois trimestres. Mesmo assim, o PIB se retraiu 0,64% em 2009. Após esse desempenho lamentável, o PIB brasileiro cresceu à taxa de 8,4% nos três primeiros trimestres de 2010 em relação ao mesmo período em 2009. E, como mencionamos acima, quando os dados finais forem divulgados, nós esperamos taxa de crescimento de, aproximadamente, 7,5% para o ano de 2010. Esta taxa não somente será a maior taxa de crescimento econômico desde meados da década de oitenta no Brasil, senão que, pela primeira vez, não ficaria muito distante das taxas de crescimento dos gigantes emergentes, China e Índia, cujas expectativas de crescimento de 2010 são de 10,3% e 9,1%, respectivamente. O consumo das famílias brasileiras tem se mantido extremamente aquecido, em função da redução significativa da taxa de desemprego, da expansão do crédito e do aumento constante da massa salarial em termos reais.

A produção industrial no Brasil cresceu de forma muito acentuada até o final do primeiro trimestre de 2010 e depois desacelerou, mas mesmo assim o ano terminou com um volume de produção industrial, em média, 10,5% maior do que no fraco ano de 2009. Assim, após o ano de 2009 ter terminado significativamente melhor do que começou, 2010 foi um marco importante, pois foi iniciado um novo ciclo longo de crescimento econômico no país. Nós esperamos que haja continuidade nos grandes aspectos de condução da política econômica nos próximos anos, sob o comando da nova Presidente Dilma Rousseff, de modo que não devemos esperar grandes sustos que possam representar alguma descontinuidade mais séria. De todo modo, um forte e sério ajuste fiscal não é somente necessário, mas indispensável para manter um ambiente macroeconômico estável e favorável aos investimentos e desenvolvimento dos novos negócios de que o país tanto precisa.



Em linha com o excelente desempenho econômico, a taxa de desemprego tem caído sistematicamente para níveis historicamente baixos, de modo que vários setores já se queixam de falta de mão de obra em geral, e pior ainda quando se trata de mão de obra com determinados requisitos de qualificação. O fato é que a taxa de desemprego chegou à marca de apenas 5,3% em dezembro de 2010. Essa taxa foi de 6,8% um ano antes, e chegou a 12,8% durante o primeiro mandato do governo do Presidente Lula. Tendo em vista que o mercado de trabalho está tão aquecido, o rendimento real das pessoas ocupadas tem crescido significativamente acima da inflação, a taxas de cerca de 6%, o que não é sustentável em um ambiente de estabilidade de preços.

Assim como mencionamos nos parágrafos anteriores, o lado real da economia está indo muito bem, mas, em contraposição, a trajetória da inflação já é bastante preocupante. Com efeito, a taxa de inflação, de acordo com preços ao consumidor do IPCA, fechou em bem comportados 4,31% em 2009 e acelerou para 5,91% no fechamento de 2010. Isto é, a taxa de inflação de 2010 ficou muito acima da meta central de inflação de 4,5% para o ano, e continuou crescendo no começo de 2011 para perigosos 5,99% nos doze meses, terminados em janeiro deste ano. Além disso, o IGP-M que corrige vários contratos – entre eles os aluguéis – passou de uma deflação de 1,72% em 2009 para uma inflação de dois dígitos em 2010: 11,32%.

Tendo em vista o afastamento do IPCA do centro da meta de 4,5%, estabelecido no regime de metas de inflação, o Banco Central começou um processo de aperto monetário em abril de 2010, elevando a taxa Selic dos 8,75% ao ano em que se encontrava à época, para 10,75% ao ano em julho de 2010. A taxa de juros de referência permaneceu nesse patamar até janeiro de 2011, apesar do aumento constante da inflação corrente e as próprias expectativas de inflação futura. De fato, antes da primeira reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM), em janeiro deste ano, já se sabia que o IPCA tinha fechado em uma perigosa taxa de 5,91% em 2010 e que o consenso de mercado apontava para uma taxa de, no mínimo, 5,5% para 2011. A diretoria do Banco de Central do novo governo teve que enfrentar o fantasma da inflação já na primeira reunião do ano, aumentando a taxa Selic de 10,75% ao ano em dezembro de 2010 para 11,25% ao ano para vigorar a partir do dia 20 de janeiro. Em meados de fevereiro deste ano, o consenso de mercado para o IPCA fechado de 2011 estava acima de 5,8% e a nossa estimativa atual é mais alta do que isso: 6,1%. Isto é, bem no começo do ano, não considerando choques externos de pressão inflacionária que possam vir a aparecer, a estimativa de inflação já se aproxima de forma perigosa do teto do intervalo aceito no regime de metas de inflação, que é de 6,5%. Assim, o Banco Central precisará agir de forma muito firme e rápida para fazer com que a trajetória de inflação convirja em direção à meta central de 4,5%, ainda que isto só venha a acontecer em um prazo mais longo – a partir da segunda metade de 2012. Para tal, nós estimamos que a



Selic terá que aumentar mais do que o atual consenso de mercado, que a situa ao redor de 12,5% para o fim deste ano. A nossa expectativa é que será necessário elevar a Selic para um patamar mais perto de 14% – entre 13,5% e 14% ao ano – especialmente diante de uma política fiscal que ao que tudo indica continuará extremamente frouxa e expansionista.

Por fim, mesmo com o forte aperto monetário que se faz necessário, a nossa expectativa de crescimento do PIB é boa já que estimamos uma expansão econômica de 4,6% para 2011 e 5% para 2012 em diante.

*(Panorama Econômico realizado por Victoria Werneck –
Economista Chefe do Grupo Icatu Seguros)*



Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010

BALANÇO PATRIMONIAL					
					R\$ MIL
ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Disponível	1	-	Exigível operacional	95	-
Realizável	22.627	-	Gestão previdencial	28	-
Gestão administrativa	5	-	Gestão administrativa	67	-
Investimentos	22.622	-	Patrimônio social	22.560	-
Créditos privados e depósitos	442	-	Patrimônio de cobertura do plano	2.223	-
Fundos de investimento	22.180	-	Provisões matemáticas	22.223	-
Permanente	27	-	Benefícios concedidos	21.915	-
Imobilizado	27	-	Benefícios a conceder	308	-
			Fundos	337	-
			Fundos administrativos	337	-
Total do ativo	22.654	-	Total do passivo	22.654	-

Na elaboração do Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2010 não é necessário o preenchimento da coluna Exercício Anterior.



DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS			
			R\$ MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
1. Ativos	22.588	-	-
Disponível	1	-	-
Recebível	337	-	-
Investimento	22.250	-	-
Créditos privados e depósitos	70	-	-
Fundos de investimento	22.180	-	-
2. Obrigações	28	-	-
Operacional	28	-	-
3. Fundos não previdenciais	337	-	-
Fundos administrativos	337	-	-
Ativo Líquido (1-2-3)	22.223	-	-
Provisões matemáticas	22.223	-	-

Na elaboração da Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefícios referente ao exercício de 2010 não é necessário o preenchimento da coluna Exercício Anterior e Variação.



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL (CONSOLIDADO)				
			R\$ MIL	
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %	
	A) Ativo líquido - início do exercício	22.421	-	-
	1. Adições	3.014	-	-
(+)	Contribuições previdenciais	337	-	-
(+)	Resultado positivo dos investimentos - gestão previdencial	1.981	-	-
(+)	Receitas administrativas	448	-	-
(+)	Resultado positivo dos investimentos - gestão administrativa	38	-	-
	Reversão de fundos – gestão administrativa	209	-	-
	2. Destinações	(3.211)	-	-
(-)	Benefícios	(2.516)	-	-
(-)	Despesas administrativas	(695)	-	-
	3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	(198)	-	-
(+/-)	Provisões matemáticas	(198)	-	-
	B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	22.223	-	-
	C) Fundos não previdenciais	337	-	-
(+/-)	Fundos administrativos	337	-	-

Na elaboração da Demonstração da Mutação do Ativo Líquido referente ao exercício de 2010 não é necessário o preenchimento da coluna Exercício Anterior e Variação.



DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)			
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$ MIL
			VARIAÇÃO %
A) Fundo administrativo do exercício anterior	546	-	-
1. Custeio da gestão administrativa	486	-	-
1.1. Receitas	486	-	-
Custeio administrativo da gestão previdencial	124	-	-
Custeio administrativo dos investimentos	300	-	-
Resultado positivo dos investimentos	38	-	-
Outras receitas	24	-	-
2. Despesas administrativas	(695)	-	-
2.1. Administração previdencial	(395)	-	-
Pessoal e encargos	(147)	-	-
Treinamentos/congressos e seminários	(5)	-	-
Viagens e estadias	(71)	-	-
Serviços de terceiros	(100)	-	-
Despesas gerais	(67)	-	-
Depreciações e amortizações	(4)	-	-
2.2. Administração dos investimentos	(300)	-	-
Serviços de terceiros	(300)	-	-
4. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3)	(209)	-	-
5. Constituição/reversão do fundo administrativo (4)	(209)	-	-
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+5)	337	-	-

Na elaboração da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa referente ao exercício de 2010 não é necessário o preenchimento da coluna Exercício Anterior e Variação.



Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas

1. Contexto operacional

1.1. Apresentação

O Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccionais do Nordeste – OABPrev-NE, é uma entidade fechada de previdência complementar, constituída sob a forma de sociedade de previdência complementar nos termos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e normas subsequentes, autorizada a funcionar pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado. Sendo instituidoras do OABPrev-NE, a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Paraíba, a Caixa de Assistência dos Advogados da Paraíba e a Associação dos Aposentados da Caern – APOSCAERN, instituidoras do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado - NordestePrev.

O OABPrev-NE tem sede e foro na Avenida Rodrigues de Aquino, nº 37 - Centro – João Pessoa – PB, podendo manter escritórios, agentes ou representações locais e regionais em qualquer parte do território nacional.

O OABPrev-NE tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, constituídos por instituidores, mediante contribuição de Participantes, de empregadores ou de ambos, de acordo com os regulamentos e com as leis aplicáveis. Poderá promover outros programas previdenciais, em caráter facultativo, mediante contribuição específica dos membros interessados, respeitada a legislação vigente. Nenhum benefício ou serviço poderá ser criado ou majorado sem que, em contrapartida, seja previamente estabelecida a respectiva receita de cobertura.

Para a consecução de seus objetivos, a entidade dispõe de recursos oriundos das contribuições de seus Participantes, de comissões e da remuneração dos seus ativos.

Em observância ao Artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o OABPrev-NE não distribui dividendos, aplica no país a totalidade dos seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

1.2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as diretrizes contábeis para



Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da Resolução 1.272, de 22 de janeiro de 2010, e pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) do Ministério da Previdência Social (MPS), por meio da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, alterada e regulamentada pela Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009.

O OABPrev-NE apresenta mensalmente balancetes, por plano de benefícios, do plano de gestão administrativa e consolidado, segregando os registros contábeis do plano de benefícios previdenciais administrado pela entidade, bem como o plano de gestão administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

1.3. Mudanças dos critérios e procedimentos contábeis

A Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, revogou a Resolução CGPC nº 5, de 30 de janeiro de 2002, e entrou em vigor em 01 de janeiro de 2010. Desta forma, os critérios e procedimentos foram alterados e não há base de comparabilidade entre os exercícios de 2009 e 2010. Assim, as colunas Exercício Anterior e Variação não são preenchidas.

1.4. Sumário das principais práticas contábeis

A contabilidade do OABPrev-NE é elaborada respeitando a autonomia patrimonial do plano de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdenciais administrado pela entidade, bem como o plano de gestão administrativa, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções predeterminadas.

O OABPrev-NE adota métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes decorrentes da alteração do normativo contábil estão evidenciadas em notas explicativas, com a quantificação dos efeitos nas demonstrações contábeis.

Todos os lançamentos contábeis são registrados com base no princípio da competência, significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

Os registros relativos a contribuições de Participantes vinculados são escriturados com base no regime de caixa, de acordo com item 8.1 do anexo C da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009.

O registro das despesas administrativas é feito por meio de sistema de alocação direta das despesas comuns à administração previdencial e de investimentos.



1.5. Principais diretrizes contábeis

As principais práticas contábeis adotadas podem ser resumidas como segue:

1.5.1. DISPONÍVEL

Disponibilidades são os recursos financeiros que se encontram à disposição da entidade, compreendendo os meios de pagamento em espécie e os depósitos bancários à vista.

1.5.2. REALIZÁVEL

Os realizáveis previdencial e administrativo são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

1.5.3. INVESTIMENTOS

Sob o título de investimentos, no ativo realizável, estão incluídas todas as aplicações de recursos da entidade. Considerando as disposições da Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, a entidade classificou toda a sua carteira de títulos e valores mobiliários na categoria de títulos para negociação.

Títulos para negociação – registra os títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer do título na data de aquisição, os quais serão avaliados ao valor de mercado ou de provável realização.

1.5.3.1. Créditos privados e depósitos

a) Certificado de Depósito Bancário – CDB

Título negociável emitido por bancos comerciais, de desenvolvimento, de investimento e múltiplos representativos de depósitos a prazo. Os certificados são nominativos, os respectivos depositantes escriturais, custodiados na CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação.

1.5.3.2. Fundos de investimento

As quotas de fundos de investimento estão registradas ao valor de custo acrescido dos rendimentos, auferidos até a data do balanço, com base no valor da quota do patrimônio e classificadas de acordo com a categoria de cada fundo.

a) Fundos multimercados

A classificação dos fundos multimercados se baseia nas estratégias adotadas pelos gestores para atingir os objetivos dos fundos, que devem prevalecer sobre os instrumentos utilizados.

1.5.4. PERMANENTE

Os valores que compõem o imobilizado, representados pelos bens de uso da entidade, estão registrados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método linear, com base na taxa anual de 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, e 20% para equipamentos



de informática e sistemas operacionais, cujos encargos de depreciação são reconhecidos como uma despesa do plano de gestão administrativa, em consonância com a Instrução SPC nº 34, de 24 de janeiro de 2009. Existem controles individuais dos itens que compõem o ativo permanente imobilizado.

1.5.5. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Os exigíveis previdencial e administrativo são apresentados pelos valores devidos e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os encargos proporcionais aplicáveis até a data do balanço. Registra os valores a pagar assumidos pelos planos previdenciais e pelo plano de gestão administrativa.

1.5.6. PATRIMÔNIO SOCIAL

Corresponde ao ativo líquido da entidade e é composto pelo patrimônio de cobertura dos planos e pelos fundos.

1.5.6.1. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DOS PLANOS

Registra a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos Participantes do plano de benefícios previdenciais, de acordo com nota técnica atuarial.

As provisões matemáticas são determinadas por atuário, em conformidade com os critérios aprovados pela SPC e estão representadas por:

- **Provisão matemática de benefícios concedidos:** consiste no valor atual dos benefícios pagos aos Participantes e beneficiários já em gozo do benefício.
- **Provisão matemática de benefícios a conceder:** corresponde às contribuições individuais dos Participantes acrescidas das contribuições correspondentes à Patrocinadora.

1.5.6.2. Fundos

Fundo administrativo

O fundo administrativo corresponde ao valor apurado decorrente das sobras, entre as contribuições para a cobertura das despesas administrativas previdenciais, resultado dos investimentos do próprio fundo administrativo, outras receitas administrativas e as despesas administrativas previdenciais mensais efetivamente incorridas. Os valores acumulados no fundo poderão ser utilizados para custear as despesas administrativas do exercício subsequente.



2. Investimentos

A carteira de investimentos da entidade tem gestão compartilhada. Os títulos encontram-se custodiados em instituições financeiras, na Central de Custódia e Liquidação de Títulos Privados (CETIP), no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC).

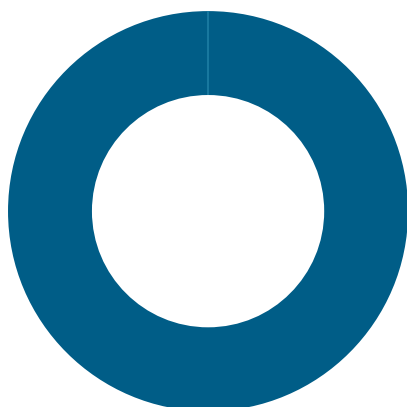
Os investimentos totais para a garantia dos recursos da entidade são:

	R\$
Investimentos	22.621.866,92
Créditos privados e depósitos	442.020,40
Instituições financeiras	442.020,40
Certificados de depósitos bancários	442.020,40
Fundos de investimento	22.179.846,52
Multimercado	22.179.846,52

Parte dos recursos é investida em Certificado de Depósito Bancário, emitido pelo Banco do Brasil e apresenta o seguinte saldo:

	R\$
Banco do Brasil	442.020,40
Custo	407.000,00
Atualização	42.515,80
Provisão IRRF (-)	(7.495,40)

A distribuição dos recursos entre as classes de ativos é feita através do Icatu Vanguarda FI em Cotas de Fundos de Investimento OABPrev Nordeste Multimercado, e apresenta a seguinte composição:



- **22.171.134,57**
Cotas de fundos
- **7.068,64**
Operações compromissadas
- **4.603,30**
Disponibilidades
- **3.180,51**
Valores a pagar
- **220,52**
Valores a receber

3. Permanente

3.1. Imobilizado

O ativo permanente imobilizado contempla os bens imobilizados, móveis, utensílios, computadores, periféricos, máquinas e equipamentos, que são utilizados no desempenho da atividade-fim, os quais estão registrados pelos seus custos de aquisição e depreciados conforme a nota 1.5.4, e apresenta os seguintes saldos:

	R\$
Imobilizado	26.993,13
Operacional corpóreo	26.993,13
Bens móveis	26.993,13
Computadores	7.936,20
Custo	9.631,09
Depreciação acumulada (-)	(1.694,89)
Periféricos	3.318,52
Custo	3.928,00
Depreciação acumulada (-)	(60,48)



	R\$
Sistemas operacionais	9.860,03
Custo	11.600,00
Depreciação acumulada (-)	(1.739,97)
Móveis e utensílios	3.006,19
Custo	4.885,00
Depreciação acumulada (-)	(1.878,81)
Máquinas e equipamentos	2.872,19
Custo	3.308,35
Depreciação acumulada (-)	(436,16)

4. Exigível operacional

4.1. Gestão previdencial

Registra os benefícios a pagar e as retenções a recolher incidentes sobre os benefícios, assumidos pelos planos da gestão previdencial e apresenta os seguintes saldos:

	R\$
Gestão previdencial	27.819,37
Retenções a recolher	8.319,64
IRRF s/benefícios renda continuada	8.283,85
IRRF s/benefício pagamento único	35,79
Obrigações contratadas	18.202,67
Mongeral Aegon Seguros e Previdência	18.202,67

4.2. Gestão administrativa

Registra as contas a pagar decorrentes dos compromissos assumidos, inclusive provisões de férias dos empregados, as retenções incidentes sobre salários, fornecedores e outras ainda não repassadas e os demais compromissos assumidos pela entidade, relativos à gestão administrativa. A situação patrimonial apresenta os seguintes saldos:



	R\$
Gestão administrativa	66.841,41
Contas a pagar	64.898,36
Salários e encargos	24.525,88
Cofins s/receita administrativa	1.926,48
PIS s/receita administrativa	311,43
Fornecedores diversos	37.509,57
TAFIC -Taxa de Fiscalização e Controle	625,00
Retenções a recolher	1.943,05
IRRF s/serviços pessoa jurídica	473,92
PIS/Cofins/CSLL s/serviços	1.469,13

5. Patrimônio social

5.1. Patrimônio de cobertura do plano

5.1.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas são determinadas por atuário, em conformidade com os critérios aprovados pela SPC e apresentam os seguintes saldos:

	R\$
Provisões matemáticas	22.223.002,31
Benefícios concedidos	21.915.126,11
Contribuição definida	21.915.126,11
Saldo de contas dos assistidos	21.915.126,11
Benefícios a conceder	307.876,20
Contribuição definida	307.876,20
Saldo de contas - parcela Participantes	307.876,20



5.2. Fundos

5.2.1. FUNDO ADMINISTRATIVO

O fundo administrativo é formado pela diferença apurada entre as fontes de receita e custeio e as despesas do plano de gestão administrativa apresenta o saldo de R\$ 336.805,05.

6. Outras receitas administrativas

Valor correspondente ao repasse de taxa de administração efetuado pela Mongeral Aegon Seguros e Previdência, calculada sobre as contribuições efetuadas pelos Participantes a título de cobertura de riscos de morte e invalidez, somando R\$ 23.693,78 no exercício de 2010 e utilizada para a cobertura de despesas administrativas e constituição do fundo administrativo.

João Pessoa (PB), 31 de dezembro de 2010.

Ivanildo Pinto de Melo

Diretor-Presidente

João Laercio de Amorim

Contador CRC-SC 017.046/O-2

Comentário final

A carteira de investimentos do plano de benefícios da OABPrev-NE acumulou no ano de 2010 retorno de 10,79%. Este resultado ficou em linha com o perfil de risco adotado ao longo do período; sendo que os recursos foram inteiramente alocados em ativos de renda fixa pós-fixada, majoritariamente de emissão do Tesouro Nacional. Neste mesmo período, a rentabilidade da caderneta de poupança foi de 6,81% e do IPCA foi de 5,91%.



Plano de Benefícios - OABPrev-NE

1. Entidade fechada de previdência complementar

Exercício: 2011

Data da aprovação pelo conselho deliberativo: 14/12/2010

Administrador estatutário tecnicamente qualificado: Luiz Antonio de Almeida

Mecanismo de informação da política aos Participantes: relatório anual

2. Controle de riscos

A política de investimentos do plano de benefícios possui controles de risco de mercado, legal, liquidez, operacional, contraparte, entre outros.

2.1. Risco de crédito na diversificação por emissor

Em pessoas jurídicas ou conglomerados: 10%

Em Patrocinadoras e ligadas: 10%

ATIVOS DE RENDA FIXA			
	BAIXO RISCO	MÉDIO RISCO	ALTO RISCO
Pessoa jurídica não financeira	10%	3%	0%
Instituição financeira	10%	3%	0%
FIDC	10%	3%	0%

3. Alocação dos recursos

SEGMENTO	CARTEIRA	MACRO ALOCAÇÃO 2011	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO ALVO
Renda fixa	Duration curta (-3 anos) e baixo risco de crédito	0-100%	100%	80%
	Duration longa (+3 anos) e baixo risco de crédito	0-40%	100%	20%
	Duration curta (-3 anos) e médio e alto riscos de crédito	0-20%	20%	0%
	Duration longa (+3 anos) e médio e alto riscos de crédito	0%	20%	0%



SEGMENTO	CARTEIRA	MACRO ALOCAÇÃO 2011	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO ALVO
Renda variável	Ações em mercado	0-15%	(*)	0%
	Participações	0%	20%	0%
Investimentos estruturados	Fundos de participações	0%	20%	0%
	Fundos de empresas emergentes	0%	20%	0%
	Fundos imobiliários	0%	10%	0%
	Fundos multimercados (<i>hedge funds</i>)	0-10%	10%	0%
Imóveis	Diversos	0%	8%	0%
Investimentos no exterior	Diversos	0%	10%	0%
Operações com Participantes	Empréstimos a Participantes	0%	15%	0%
	Outros	0%	10%	0%

(*)De 35% a 70% de acordo com o segmento da BM&FBovespa, conforme previsto na Resolução CMN 3.792.

4. Cenário macroeconômico

O cenário utilizado como pano de fundo para as expectativas de retorno foi determinado para os planos com o auxílio de consultores externos.

5. Alterações no regulamento do plano

Não houve alteração no regulamento do plano. O regulamento vigente do plano está disponível para consulta no site www.oabprevnordeste.org.br, no menu principal, clicando em “Institucional” e, em seguida, em “Documentos”.



Resumo das informações do demonstrativo de investimentos

A OABPrev-NE – Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Paraíba, acredita que a contratação de instituições especializadas em gestão de recursos de terceiros é a melhor alternativa para a maximização da rentabilidade da carteira e a minimização de riscos inerentes ao processo de gestão.

A gestão é discricionária, cabendo aos gestores o processo de escolha de ativos a serem incluídos na carteira do plano, desde que os limites e procedimentos descritos na Resolução CMN nº 3.792, de setembro de 2009, na política de investimentos do plano e na regulamentação da CVM sejam respeitados.

Na implementação da política, utiliza-se um Fundo de Investimento em Quotas (FIQ) que aplica em diversos Fundos de Investimento (FIs).

Os recursos do plano em 31/12/10 estavam aplicados, conforme quadro abaixo:

ALOCAÇÃO POR SEGMENTO	2010		2009	
Renda variável	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00	0%
Renda fixa	R\$ 22.179,85	100%	R\$ 22.393,00	100%
Total	R\$ 22.179,85	100%	R\$ 22.393,00	100%

RENTABILIDADE ACUMULADA _ JAN/10 A DEZ/10



5 Parecer dos Auditores Independentes



Aos conselheiros e administradores do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Paraíba – OABPrev-NE

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Paraíba – OABPrev-NE que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações da mutação do ativo líquido, da mutação do ativo líquido por plano de benefícios, do ativo líquido por plano de benefícios, do plano de gestão administrativa consolidado e das obrigações atuariais do plano de benefícios para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Paraíba – OABPrev-NE, em 31 de dezembro de 2010, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Paraíba – OABPrev-NE, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram examinadas pela Terco Grant Thornton Auditores Independentes (Terco), entidade separada legalmente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., que emitiu relatório em 22 de janeiro de 2010 sem modificação de opinião sobre essas demonstrações financeiras. Em 1º de outubro de 2010, a Terco foi incorporada pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Após essa incorporação, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. passou a ser denominada Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, a entidade utilizou a faculdade prevista na Resolução MPS/ CGPC nº 28, de janeiro de 2009, de não publicar comparativamente o exercício de 2009 em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Belo Horizonte, 15 de março de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015.199/O-6-F-MG

Luis Guilherme Villela Alves

Contador CRC - MG-067.509/O-8



Plano de benefícios previdenciários do advogado - Nordeste

Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional da Paraíba – OABPrev-NE

1. Objetivo

O presente documento tem como objetivo o atendimento à Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 que, em seu Artigo 4º, estabelece o envio de parecer atuarial anual relativo aos planos de benefícios previdenciários à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Em consonância à Instrução nº 09, de 14 de dezembro de 2010, este parecer atuarial foi elaborado considerando todos os fatores relevantes para apuração dos resultados da avaliação atuarial.

Assim, com a finalidade de se apresentar tais fatores, bem como os resultados apurados pela avaliação atuarial realizada junto ao Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado - NordestePrev, administrado pelo Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional da Paraíba – OABPrev-NE, em 31/12/2010, este parecer apresenta a seguinte estrutura de itens a serem abordados:

- Base cadastral;
- Hipóteses atuariais;
- Provisões matemáticas; e
- Resultados da avaliação atuarial.

2. Base cadastral

As informações referentes aos Participantes Ativos, Assistidos e pensionistas para a avaliação atuarial nos foram enviadas em arquivo magnético pela Icatu Fundos de Pensão, com data-base em 31/12/2010 em formato “xls”.

Após a recepção dos dados, foram realizados os testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base considerada satisfatória para a avaliação atuarial referente ao exercício financeiro de 2010. Foram também utilizadas para a presente avaliação as informações contábeis fornecidas pela Data A Contabilidade, em 22 de fevereiro de 2011.

Analisando as informações encaminhadas se verificou uma elevação de 24,34% no número de Participantes Ativos em relação ao ano anterior. No que tange os aposentados, houve uma redução no número de aposentadorias, passando de 157 em 2009 para 154



benefícios concedidos em 2010. Quanto aos pensionistas, observou-se que houve duas novas concessões no último ano.

3. Hipóteses atuariais

As hipóteses atuariais podem ser classificadas como biométricas, demográficas, econômicas e financeiras. O anexo da Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, em seu primeiro item, determina que tais hipóteses devem estar adequadas às características da massa de Participantes e Assistidos e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário.

Nesse viés, a Data A Consultoria realizou um estudo estatístico das hipóteses atualmente adotadas pelo Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – NordestePrev, e o apresentou através do relatório de hipóteses atuariais. Solicitou-se, portanto, uma manifestação da entidade quanto às referidas hipóteses.

Sendo assim, com base na referida manifestação, seguem abaixo as premissas adotadas para a avaliação atuarial de 2010 que passarão a vigorar a partir de 1º de abril de 2011, e que serão apresentadas no Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA.

Hipóteses adotadas para a avaliação atuarial - 2010:

- a) Taxa de juros: 6,00% a.a.;
- b) Tábua de mortalidade geral: AT – 2000; e
- c) Tábua de mortalidade de inválidos: AT – 2000.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), vale ressaltar que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus Participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais, por equivalência atuarial. Ou seja, as hipóteses são utilizadas para se apurar o valor do benefício mensal, quando de sua concessão e em seu recálculo anual.

A hipótese relativa à taxa de juros é também utilizada para fins de análise da rentabilidade auferida pelos recursos garantidores do plano de benefícios, por compor o índice de referência atuarial em conjunto ao indexador de inflação.

4. Provisões matemáticas

Segue na próxima página a estrutura contábil resumida das provisões matemáticas do plano de benefícios NordestePrev, em 31/12/2009, para fins de comparação, e 31/12/2010, data-base da avaliação atuarial a que se refere o presente parecer.



EXERCÍCIO FINANCEIRO	2009	2010
Ativo líquido	R\$ 22.420.853,00	R\$ 22.223.002,31
Provisões matemáticas	R\$ 22.420.853,00	R\$ 22.223.002,31
Benefícios concedidos	R\$ 22.255.130,71	R\$ 21.915.126,11
Benefícios a conceder	R\$ 165.722,29	R\$ 307.876,20
Provisões matemáticas a constituir	-	-
(-) Serviço passado	-	-
(-) Déficit equacionado	-	-
Resultado realizado	-	-
Superávit técnico acumulado	-	-
Reserva de contingência	-	-
Reserva para revisão do plano	-	-
(-) Déficit técnico acumulado	-	-

5. Resultados da avaliação atuarial

5.1. RESULTADO ATUARIAL

A situação atuarial do Plano de Benefícios NordestePrev, administrado pela OABPrev-NE, avaliada em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuariais anteriormente descritos, apresentou, em 31/12/2010, resultado de equilíbrio técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD), tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do plano para com os seus Participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em nota técnica atuarial vigente, justificando assim tal equilíbrio técnico.

Desta forma, atestamos que as informações constantes deste parecer foram avaliadas por nossa consultoria atuarial e refletem as bases cadastrais, e consideram, para fins de comparação, as informações contábeis fornecidas pela OABPrev-NE referente à data-base 31/12/2010.



5.2. RENTABILIDADE DO PLANO

A partir do histórico das rentabilidades auferidas pelos recursos garantidores do Plano NordestePrev, no período que compreende os meses de março de 2009 a dezembro de 2010, apurou-se uma rentabilidade acumulada de 15,32%. Analisando apenas o ano de 2010, observa-se que os recursos do plano alcançaram uma rentabilidade de 9,27%.

5.3. PROGRAMA ADMINISTRATIVO

Foi realizado também um estudo com o objetivo de verificar a sustentabilidade do programa administrativo da entidade com relação ao Plano de Benefícios NordestePrev. Para isso, foi utilizado o fluxo contábil de despesas e receitas administrativas relativas ao período de janeiro de 2009 a dezembro de 2010.

Observou-se no período mencionado uma despesa administrativa média de R\$ 52.673,59, e uma receita administrativa média de R\$ 40.889,61 (para a apuração da média das receitas administrativas, foi desconsiderado o valor de R\$ 629.897,25 de março de 2009) alcançada pela aplicação da taxa de carregamento de 5,00% sobre as contribuições básicas e 2,50% sobre as contribuições eventuais e 5,00% sobre os benefícios dos Participantes Assistidos, bem como da receita oriunda da rentabilidade do fundo administrativo e pelo pró-labore advindo dos benefícios de risco cobertos pela seguradora contratada.

Observando o último exercício, a despesa média foi superior à receita média em R\$ 17.392,86. Verificou-se também que houve uma redução de 38,23% sobre o montante do fundo administrativo no último ano.

Tal fundo, em 31/12/2010, monta em R\$ 336.805,05, enquanto que em 31/12/2009 era equivalente a R\$ 545.519,36. Assim, apesar da redução verificada, observa-se que o mesmo se encontra atualmente em um patamar de sustentabilidade.

5.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o exposto no presente parecer, se conclui que o Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – NordestePrev encontra-se em equilíbrio atuarial e financeiro, devendo observar as indicações e os resultados apurados pela avaliação atuarial.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2011.

Guilherme Walter

Atuário MIBA nº 2.091

Data A Consultoria S/S Ltda.

Karen Tressino

Atuária MIBA nº 1.123

Data A Consultoria S/S Ltda.



O Conselho Fiscal do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraíba – OABPrev-NE, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, conforme disposto no Art. 44 do estatuto, em reunião ordinária, realizada em 28 de março de 2011, analisou os relatórios da auditoria independente e as demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Constatou ainda, este colegiado, que os atos da Diretoria Executiva da OABPrev-NE foram praticados com obediência aos princípios gerais de contabilidade, aos preceitos da legislação e ao estatuto da entidade, estando adequadamente refletidos em seus aspectos relevantes e nas demonstrações contábeis, que foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Após análise dos documentos acima referidos, o Conselho Fiscal conclui que os documentos refletem a situação patrimonial e financeira da entidade.

João Pessoa/PB, 28 de março de 2011.

Francisco Clero Gomes Monteiro

Presidente

Clovis Anagê Novais de Araújo Filho

Conselheiro Fiscal

Sebastião Alves da Silva

Conselheiro Fiscal

Marcos Augusto Lyra Ferreira Caju

Conselheiro Fiscal

Francisco de Assis Tavares Júnior

Conselheiro Fiscal

8 Manifestação do Conselho Deliberativo



Quanto às demonstrações contábeis e de resultado da OABPrev-NE referente ao exercício de 2010:

Em reunião de 28 de março de 2011, o Conselho Deliberativo Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraíba – OABPrev-NE, no uso das competências de que trata Art. 34 do estatuto da entidade, examinou as demonstrações contábeis e de resultado da OABPrev-NE, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes (Ernst & Young TERCO Auditores Independentes S.S.), no Parecer do Conselho Fiscal e nas Demonstrações Contábeis, o Conselho Deliberativo conclui que as atividades administrativas obedeceram aos dispositivos estatutários da OABPrev-NE e aos princípios legais, e que as demonstrações contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da entidade, contemplando os negócios e as atividades desenvolvidas no exercício examinado, razão pela qual aprova as demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2010.

João Pessoa/PB, 28 de março de 2011.

Heriberto Escolástico Bezerra

Presidente do Conselho Deliberativo em exercício.

PARCEIROS

Icatu

SEGUROS


MONGERAL
AEGON
seguros e previdência